>>> **ADS ER EÓLICA CORREDOR DO SENANDES III S.A.**

prio os termos de um passivo não afetariam sua classificação As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Gestão de risco e instrumentos financeiros:** a) Considerações gerais e políticas: A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b) Fatores de risco financeiro: As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. *b.1) Risco de mercado:* A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. *Risco de taxa de juros:* O risco de taxa de juros da Companha decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós–fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós–fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. *Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros:* Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações: b) Fatores de risco financeiro: *b.1) Risco de mercado:*

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Valor	Apreciação de 50% %	Valor
3.715	Alta do CDI	Aplicação financeira	23/01/2023	10,55%	392	13,19%	490	15,82%	588
3.715					**392**		**490**		**588**

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Valor	Deterioração de 50% %	Valor
3.715	Baixa do CDI	Aplicação financeira	23/01/2023	10,55%	392	7,91%	294	5,27%	196
3.715					**392**		**294**		**196**

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Valor	Apreciação de 50% %	Valor
6.205	Alta do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	243	4,89%	304	5,87%	364
6.205					**243**		**304**		**364**

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Valor	Deterioração de 50% %	Valor
6.205	Baixa do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	243	2,94%	182	1,96%	121
6.205					**243**		**182**		**121**

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Valor	Apreciação de 50% %	Valor
37.807	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)	100%	3.308	125%	4.135	150%	4.962
37.807				3.308		4.135		4.962

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Valor	Deterioração de 50% %	Valor
37.807	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)	100%	3.308	75%	2.481	50%	1.654
37.807				3.308		2.481		1.654

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável Valor	Apreciação de 25% %	Valor	Apreciação de 50% %	Valor
33.418	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)	100%	3.190	125%	3.988	150%	4.785
33.418				3.190		3.988		4.785

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável Valor	Deterioração de 25% %	Valor	Deterioração de 50% %	Valor
33.418	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)	100%	3.190	75%	2.393	50%	1.595
33.418				3.190		2.393		1.595

b.2) Risco de crédito: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. *b.3) Risco de liquidez:* A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica–se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	**46**	**46**	**–**	**–**	**–**
Empréstimos e financiamentos	**37.807**	**4.997**	**4.967**	**4.967**	**22.876**
Dividendos a pagar	**975**	**975**	**–**	**–**	**–**
Passivo de arrendamentos	**1.473**	**352**	**1.121**	**–**	**–**
Posição líquida	**40.301**	**6.370**	**6.088**	**4.967**	**22.876**
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	205	205	–	–	–
Outras contas a pagar	124	124	–	–	–
Passivo com partes relacionadas	967	967	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	42.360	4.967	4.967	4.967	27.459
Dividendos a pagar	1.319	1.319	–	–	–
Passivo de arrendamentos	1.305	1.305	–	–	–
Posição líquida	46.280	8.887	4.967	4.967	27.459

c) Classificação dos instrumentos: A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo em 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	**7.263**	6.885
Títulos e valores mobiliários	**3.514**	2.857
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	**3.473**	5.696
Outros créditos	**1.947**	1.164
	16.197	16.602
Custo amortizado		
Fornecedores	**46**	205
Empréstimos e financiamentos	**37.807**	42.360
Passivo de arrendamento	**1.473**	1.305
Partes relacionadas	**–**	967
Dividendos a pagar	**975**	1.319
Outras contas a pagar	**–**	124
	40.301	46.280

Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

	Mensuração a valor justo	31/12/2022 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2021 Valor justo	31/12/2021 Valor contábil
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nivel 2	**7.263**	**7.263**	6.885	6.885
Títulos e valores mobiliários	Nivel 2	**3.514**	**3.514**	2.857	2.857
Contas a receber de clientes	Nivel 2	**3.473**	**3.473**	5.696	5.696
Outros créditos	Nivel 2	**1.947**	**1.947**	1.164	1.164
		16.197	**16.197**	16.602	16.602
Passivos					
Fornecedores	Nivel 2	**46**	**46**	205	205
Empréstimos e financiamentos	Nivel 2	**37.807**	**37.807**	42.360	42.360
Passivo de arrendamento	Nivel 2	**1.473**	**1.473**	1.305	1.305
Partes relacionadas	Nivel 2	**–**	**–**	967	967
Dividendos a pagar	Nivel 2	**975**	**975**	1.319	1.319
Outras contas a pagar	Nivel 2	**–**	**–**	124	124
		40.301	**40.301**	46.280	46.280

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • Caixa e equivalentes de caixa: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como curto. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.• Empréstimos e financiamentos: são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores contratuais. • Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias da Companhia com seus fornecedores e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras. d) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para, assim, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. O índice de endividamento em 31 de dezembro pode ser assim sumarizado:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	**37.807**	42.360
Passivo de arrendamento (Nota 8.b)	**1.473**	1.526
(–) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**(7.263)**	(6.885)
(–) Títulos e valores imobiliários (Nota 7)	**(3.514)**	(2.857)
Dívida líquida	**28.503**	34.144
Total do patrimônio líquido	**35.715**	33.813
Total do capital	**64.218**	67.957
Índice de alavancagem financeira – %	**43%**	49%

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Caixa e bancos	**3.548**	680
Aplicações financeiras **(i)**	**3.715**	6.205
	7.263	6.885

Referem–se aos certificados de depósito bancário, remunerados entre 75% e 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2022 e 2021 com liquidez imediata.

5. Partes relacionadas:

	2022	2021
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A (i)	**975**	1.319
ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. (ii)	**–**	967
	975	2.286

(i) Valor referente a dividendos a pagar. (ii) Valor referente ao rateio de despesas administrativas do Complexo Senandes III que foram pagas pelo Complexo Aragano I.

6. Contas a receber de clientes:

	2022	2021
Direitos a faturar **(i)**	**3.202**	3.081
Clientes nacionais **(ii)**	**271**	2.615
Total	**3.473**	5.696

Os saldos de direitos a faturar referem–se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição; (ii) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as análises de vencimentos dos clientes nacionais encontram–se em aberto, conforme abaixo:

	2022	2021
Vencidos		
Até três meses	**271**	151
De três a seis meses	**–**	5
Acima de seis meses (a)	**–**	2.459
Total	**271**	2.615

(a) A companhia possuía saldos a receber vencidos classificados como "Acima de seus meses" o qual não foram provisionados para perda em 2021. Em 2022 esses saldos foram recebidos e/ou baixados. **7. Outras créditos:**

	2022	2021
Ressarcimentos a receber (i)	**1.765**	922
Outros créditos a receber	**182**	242
	1.947	1.164

(i) Refere–se aos montantes apurados entre os valores pagos pelo cliente e faturados pela Companhia, o qual será ressarcido em até 24 meses. **8. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 3.514 (R$ 2.857 em 2021), remunerados em 99% do CDI (em 2022 e 2021), refere–se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (Nota explicativa no 12), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.

9. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento:

a) Direito de uso de ativos, líquido – Terrenos:

Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.455
Depreciação	(58)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	1.397
Depreciação	**(59)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.338**
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	1.526
Juros incorridos	162
Pagamentos	(187)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	1.501
Juros incorridos	**159**
Pagamentos	**(187)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.473**
Circulante	**352**
Não circulante	**1.121**
	1.473

10. Imobilizado:

	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	63.884	5	63.889
Aquisição	–	53	53
Depreciação	(3.698)	(10)	(3.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	60.186	48	60.234
Aquisição	**47**	**–**	**47**
Baixa de imobilizado	**–**	**(2)**	**(2)**
Depreciação	**(3.705)**	**–**	**(3.705)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**56.528**	**46**	**56.574**
Taxas anuais de depreciação – %	**4**	**10**	

11. Intangível:

	Licenças de operação	Software	Total
Saldo em 31 de janeiro de 2020	2.381	7	2.388
Amortização	(175)	–	(175)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.206	7	2.213
Amortização	**(174)**	**–**	**(174)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.032**	**7**	**2.039**

12. Empréstimos e financiamentos:

	2022	2021
BNDES	**37.807**	42.360
Circulante	**4.997**	4.966
Não circulante	**32.810**	37.394

Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R$ 69.697, com vencimento final em 15 de setembro de 2030, sendo a primeira tranche no montante de R$ 56.200 liberada no dia 29 de novembro de 2013. No dia 23 de dezembro de 2015, o BNDES liberou a segunda tranche no montante de R$ 13.034 e no dia 18 de agosto de 2017 liberou a terceira tranche no montante de R$ 308. Em 27 de junho de 2018, foi liberada a quarta tranche no montante de R$ 87 e em 24 de maio de 2019 foi liberada a quinta tranche no montante de R$90, não havendo mais liberações para este contrato.

a) Movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	47.186
Encargos provisão de juros	3.189
(–) Juros pagos	(3.190)
(–) Amortização do principal	(4.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.360
Encargos provisão de juros	**3.308**
(–) Juros pagos	**(3.313)**
(–) Amortização do principal	**(4.838)**
(+/–) Atualização monetária sobre pagamentos de financiamentos	**291**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**37.807**

b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance*, ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem–se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. **c) Prazo de vencimento:** O montante registrado no passivo não circulante tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:

	2022
2024	4.967
2025	4.967
2026 a 2030	22.876
	32.810

d) *Covenants:* Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue: **(i)** Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa / SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses. As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **13. Provisão para riscos:** Os processos cíveis referem–se aos processos de indenização por desapropriação.

a) Composição:

	2022	2021
Riscos cíveis	**156**	–

b) Movimentação:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	**–**	128
Constituição de provisão demonstrada no resultado do exercício	**78**	–
Atualização	**78**	–
Reversão de provisão demonstrada no resultado do exercício	**–**	(128)
Em 31 de dezembro	**156**	–

c) Perdas possíveis, não provisionadas: A Companhia não possui processos com a probabilidade de perda possível em 2022 e 2021. **d) Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais registrados no montante de R$ 224 em 31 de dezembro de 2022 e (R$ 4 em 2021).

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

	Ações 2022	Ações 2021
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	**35.134.399**	35.134.399
ADS Energias Renováveis S.A.	**1**	1
	35.134.400	35.134.400

b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: **i) Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o montante de R$190 (R$ 278 em 2021). **c) Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	**3.806**
(–) Constituição da reserva legal	**(190)**
Base de cálculo dos dividendos	**3.616**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**904**

Adicionalmente a Companhia propôs dividendos adicionais de R$ 1.000 em 2022. A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	**1.319**	143
Dividendos mínimos obrigatórios	**904**	1.319
Dividendos adicionais propostos	**1.000**	–
Pagamentos	**(2.248)**	(143)
Saldo final	**975**	1.319

15. Receita operacional líquida:

	2022	2021
Receita com venda de energia	**16.525**	16.172
Direitos a faturar	**121**	(4)
(–) Impostos sobre venda	**(607)**	(590)
Receita operacional **líquida**	**16.039**	15.578

16. Custo dos produtos vendidos:

	2022	2021 (Reapresentado)
Depreciação e amortização	**(3.938)**	(3.941)
Custo com serviços	**(802)**	(814)
Custo com manutenção e conservação	**(3.123)**	(950)
	(7.863)	(5.705)

17. Despesas gerais e administrativas:

	2022	2021
Serviços de terceiros	**(2)**	(9)
Prêmio de seguros	**(232)**	(14)
Outros gastos	**(12)**	(66)
	(246)	(89)

18. Resultado financeiro:

	2022	2021 (Reapresentado)
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos (Nota 11)	**(3.308)**	(3.190)
Juros e comissões bancárias	**(76)**	(56)
Juros passivos de arrendamento	**(159)**	(162)
Outras despesas	**(151)**	–
	(3.694)	(3.408)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**788**	293
	788	293
Resultado financeiro líquido	**(2.906)**	(3.115)

19. Imposto de renda e contribuição social: a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: i) **Imposto de renda:**

	2022	2021
Receita bruta de venda de energia	**16.525**	16.172
Direito a fatura	**121**	(4)
Total receita bruta tributável	**16.646**	16.168
Base de cálculo sobre receita bruta (8%)	**1.332**	1.293
Receita financeira	**788**	293
Base de cálculo do imposto de renda	**2.120**	1.586
Impostos de renda (15%)	**(318)**	(238)
Adicional do imposto de renda (10%)	**(239)**	(135)
Total do Imposto de renda do exercício	**(557)**	(373)

Contribuição social:

	2022	2021
Receita bruta de venda de energia	**16.525**	16.172
Direito a faturar	**121**	(4)
Total receita bruta tributável	**16.646**	16.168
Base de cálculo sobre receita bruta (12%)	**1.998**	1.940
Receita financeira	**788**	293
Base de cálculo da contribuição social	**2.786**	2.233
Contribuição social do exercício (9%)	**(251)**	(201)
Impostos de renda e contribuição social do exercício	**(808)**	(574)

20. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2022	2021 (Reapresentado)
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**3.806**	5.623
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	**35.134**	35.134
Lucro básico e diluído por ação – R$	**0,11**	0,16

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor. **21. Seguros:** A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da Administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou os seguintes seguros:

Modalidade	Vigência até:	Cobertura
Responsabilidade civil geral	31 de julho de 2023	15.000
Riscos operacionais	31 de março de 2023	778.864

22. Eventos subsequentes: Julgamento STF – "Quebra" de decisões judiciais definitivas: Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Luiz Carlos Borgonovi - Presidente
Rodrigo Miranda Simões - Contador CRC - 1SP 250.809/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria Executiva e Acionistas da
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. Rio Grande – RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente: O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021), preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes do CPC 6 (R2) – Arrendamento, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 27 de abril de 2022 e 20 de abril de 2021, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.1.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) tomados em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo–nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP–027623/F

Cristiane Cléria S. Hilario
Sócia–Contadora
CRC–1SP243766/O–8